



2 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – 22/04/2013
3 ATA 06/2013
4

5 Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de
6 Reuniões da Procuradoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, situada no
7 Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília-DF, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional
8 dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os
9 Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Patrícia de Amorim Rego, Procuradora-Geral de
10 Justiça do Acre; Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; José Roque Nunes
11 Marques representando Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do
12 Amazonas; Valmiro Santos representando Welington César Lima e Silva, Procurador-Geral de
13 Justiça da Bahia; Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procuradora-Geral de Justiça
14 do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT; Fábio Vello
15 representando Eder Pontes da Silva, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Lauro
16 Machado, Procuradora-Geral de Justiça de Goiás; Regina Lúcia de A. Rocha, Procuradora-Geral de
17 Justiça do Maranhão; Paulo Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso;
18 Humberto Brittes, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul; Carlos André Mariani
19 Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais; Marcos Antônio Ferreira, Procurador-
20 Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba
21 e Presidente do CNPG; Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Zélia Saraiva Lima,
22 Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Ertulei Laureano Matos, representando Dr. Marfan Martins
23 Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-
24 Geral de Justiça do Rio Grande do Norte; Rony Almeida representando Orlando Rochadel
25 Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Vera Nilva Alvares Rocha, Procuradora-Geral de
26 Justiça de Tocantins; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar e o
27 Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo. **INFORMES INICIAIS:** Iniciando os trabalhos,
28 Doutor Oswaldo Trigueiro, Presidente do CNPG, saudou os presentes, em especial à anfitrião, Dra.
29 Eunice, PGJ do MPDFT, agradecendo-lhe pela excelente recepção. Nos informes iniciais, falou que
30 os objetivos da presente Reunião são o de estabelecer caminhos de autonomia e estruturação do
31 CNPG, fortalecer a integração do CNMP com o CNPG e aprovar as estratégias de mobilização nos
32 estados contra a aprovação da PEC 37. Na ocasião, também justificou as ausências de alguns PGJs.
33 Após, parabenizou o novo integrante do CNPG, Dr. Marcos Ferreira, PGJ/PA, que agradeceu as
34 saudações do Colegiado, dizendo que ingressara no CNPG para somar para o aperfeiçoamento do
35 MP. Também saudou a presença do Conselheiro Gilberto Valente do CNJ, que na ocasião
36 agradeceu o convite, ressaltando a importância do Ministério Público Brasileiro, já que todas as
37 ações criminais cuja vítima é o estado, são de iniciativas do MP. No mesmo sentido, informou que
38 97% das ações de improbidade são propostas pelo MP, solicitando que todos os PGJs fiscalizem as
39 suas demandas nos Tribunais Superiores para um melhor efetividades de tais ações, pois elas não
40 andam. Depois das saudações realizadas pelo Colegiado ao Dr. Gilberto Valente, o Presidente
41 registrou a importância do Trabalho do Conselheiro no CNJ. Em seguida, falou da importância da
42 alteração na Lei 11.372 proposta pelo Senador Vital do Rego Filho na CCJ, fruto da união de todos
43 os MPs, o que se demonstrou nossa força de atuação conjunta perante o Congresso Nacional.
44 Agora a matéria segue para a Câmara Federal. Ressaltou que já falara com o Deputado Viera da
45 Cunha, que é membro da CCJ daquela Casa e favorável a nossa pretensão. Após, convidou O

1 MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE para falar ao Colegiado. De início o Ministro agradeceu o
2 Convite formulado pela Presidência do CNPG e disse que não estava ali para fazer uma
3 conferência sobre a PEC 37, entendendo que seria inútil para o Colegiado, já que vinham
4 debatendo o tema a bastante tempo. Afirmou que a CF não concede a exclusividade da
5 investigação às Polícias civis e federais. Para ele, tal exclusividade como está proposto pela PC 37
6 seria um evidente retrocesso na evolução do sistema constitucional de repressão pública. O
7 Ministro também enfatizou que tem razão os críticos sobre a falta total de regulamentação da
8 investigação no Ministério Público, ficando o cidadão desguarnecido quando é investigado pelo
9 MP. Afirmou ser impossível desconhecer excessos e abusos do Ministério Público, não obstante
10 ressaltou que o saldo desse poder extraordinário do MP é bastante positivo, sendo o CNMP o
11 órgão legal para conter tais abusos. Em seguida, o Ministro foi saudado pelos integrantes do
12 Colegiado no momento que a Presidência agradeceu a sua presença, asseverando o brilhantismo
13 da sua fala. Após convidou o candidato a Procurador-Geral da República RODRIGO JUNOT para
14 falar ao Colegiado. Com a palavra Dr. Rodrigo Junot agradeceu o convite, já dizendo que um dos
15 pilares da sua campanha foi o diálogo, o restabelecimento de pontes de entendimento com os
16 Poderes da República, com os MPs e com o CNMP, entendendo que a força do MP depende da
17 união de todos. Sobre o CNMP falou que é local de articulação do MP brasileiro, entendendo que
18 o órgão tem mantido uma atuação acanhada em relação ao CNJ por variados motivos, sendo
19 marcante o protagonismo do CNJ na execução penal, ficando o MP a reboque disso. Para ele é
20 necessário estabelecer de comum acordo as campanhas e metas entre CNMP e MPs, imaginando
21 assim uma ação integrada, salientou também que conhecer o trabalho de cada MP é fundamental
22 para o fortalecimento da instituição, asseverando ser de fundamental importância uma
23 comunicação eficiente para que a sociedade seja informada dos trabalhos realizados pelo MP. Em
24 seguido, o candidato foi saudado pelo Colegiado, tecendo a Presidência palavras de elogios e
25 agradecimentos pela presença do convidado. Em seguida, o Presidente esclareceu que os
26 assuntos sensíveis relativos a PEC 37 seriam tratados em reunião fechada, solicitando a saída de
27 assessores e demais pessoas da Sala de Sessões do MPDFT, ficando apenas os PGJs. Nada mais
28 havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo por mim, Adrio Nobre Leite, Secretário-
29 Executivo, lavrado a presente ata.

30

31

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Presidente do CNPG

32

33

34

35

Adrio Nobre Leite
Secretário-Executivo do CNPG

36